



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo: nº 15.486/2018-e (m).

Origem: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal-FAP/DF.

Assunto: Auditoria de Regularidade.

Ementa: Auditoria de Regularidade realizada na Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF, com o objetivo de avaliar as Ações de Fomento à Pesquisa Científica, em cumprimento ao Plano Geral de Ação de 2018 – PGA 2018.

- . Decisão nº 4.113/2019. Determinação. Alerta. Audiência. Orientação.
- . Decisão nº 3.057/2020. Cumprimento parcial das determinações. Reiteração. Inspeção. Exame das audiências em autos apartados.

Nesta fase, exame do atendimento das determinações constantes da nº 4.113/2019, reiteradas pela Decisão nº 3.057/2020.

- . A Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP conclui pelo cumprimento parcial das determinações; reiteração dos itens não atendidos para atendimento em 60 (sessenta) dias; e alerta para a possibilidade de aplicação de multa, em caso de reincidência.
- . O Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF aquiesce parcialmente às proposições da Instrução, pugnando pela concessão de prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento das determinações e por expedição de advertência que a multa prescinde de prévia audiência dos responsáveis, desde que a possibilidade de sua aplicação conste da comunicação do despacho ou da decisão descumprida.
- . **VOTO** convergente com proposta da Unidade Técnica, com os adendos do douto *Parquet*. Devolução dos autos à SEASP.

RELATÓRIO

Tratam os autos da Auditoria de Regularidade realizada na **Fundação de Apoio à Pesquisa do DF – FAP/DF**, com o objetivo de avaliar as Ações de Fomento à Pesquisa Científica, em cumprimento ao **Plano Geral de Ação de 2018 – PGA 2018**, autorizado na Decisão Administrativa nº 58/2017.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Na Sessão Ordinária de 26/11/2019, tendo em vista o resultado da auditoria realizada na **FAP/DF**, conforme o Relatório Final de Auditoria, o Tribunal proferiu a Decisão nº 4.113/2019 (peça 81), de seguinte teor:

“I – determinar à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF que adote as seguintes medidas, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório detalhado das ações implementadas: a) implemente manual de atividades para disciplinar o conteúdo, a forma e a sequência dos documentos que devem constar dos processos de concessão de fomentos (Achado 01); b) em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, adote medidas de controle que possibilitem garantir o cumprimento de todas os requisitos estabelecidos nos editais, durante a seleção dos projetos (Achado 02); c) apure responsabilidade funcional pela aprovação de projetos indicados na Tabela 7 do Relatório Final de Auditoria nº DA 32/2019-DIASP2, em desacordo com o instrumento convocatório (Achado 02); d) promova rigoroso controle prévio na seleção dos projetos no sentido de observar as causas de impedimentos para emissão de parecer técnico, tais como ter laços de parentesco com o avaliado, ter parceria em projeto ou programa com o avaliado, estar diretamente envolvido no projeto em julgamento ou existir conflito de interesses, conforme expressamente estabelecido no Edital nº 4/2014, Cláusula 8.7, que trata de seleção de consultores Ad Hoc (Achado 03); e) regularmente, e faça constar dos editais de seleção, os critérios de vedação de proponentes com membros de equipe em comum, bem como de empresas com sócios em comum, de forma a evitar favorecimentos e garantir o caráter competitivo da seleção (Achado 04); f) adote medidas de gestão com o objetivo de aferir se os pareceres dos consultores externos são apresentados de forma clara e detalhada, com justificativas objetivas para cada nota atribuída ao projeto, em observância ao art. 50 da Lei nº 9874/99 (Achado 05); g) estabeleça critérios objetivos de seleção e julgamento de propostas nos editais de seleção de projetos para apoio a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e, se for o caso, ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, de maneira a evidenciar a transparência e impessoalidade dos procedimentos de análise aos proponentes (Achado 05); h) faça constar dos processos referentes à seleção pública de projetos a análise do mérito dos recursos interpostos pelos proponentes, visto se tratar de atos que neguem, limitem ou afetem direitos de terceiros, conforme estabelece o art. 50 da Lei nº 9.874/99 (Achado 06); II – alertar o Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF de que a ausência de juntada de documentos e a falta de numeração das folhas de processos de seleção pública ferem o disposto na Lei nº 9.784/1999 e na Instrução Normativa nº 02/2014- SEPLAN e legislação correlata (Achado 01); III – autorizar a conversão em tomada de contas especial, a ser processada em autos apartados, das irregularidades apontadas no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Quadro 1 do Achado 3 do citado Relatório Final de Auditoria, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/94, autorizando desde já, com fundamento no art. 13, II, do mesmo diploma legal, a citação dos responsáveis indicados no Quadro 2 do mesmo Achado para que, no prazo de 30 dias, apresentem alegações de defesa ou recolham o valor integral do débito, sob pena de imputação solidária do prejuízo e de cominação de multa (Achado 03); IV – autorizar: a) a audiência dos membros do Conselho Diretor da FAPDF, à época dos fatos, a fim de que apresentem razões de justificativa em face da possibilidade de serem sancionados em função das graves irregularidades descritas nos Achados 1 a 6 do Relatório Final de Auditoria, nos termos do art. 57, II e III, da Lei Complementar nº 01/94; b) o encaminhamento de cópia do Relatório Final de Auditoria, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Presidente da FAPDF; c) o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, para as providências cabíveis, em respeito ao que preceitua o art. 246, parágrafo único, do RI/TCDF; V – orientar a Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE que, no planejamento de seus trabalhos, inclua análise sobre o quadro de pessoal da FAPDF, abordando, no que couber, o quanto noticiado pelo Órgão Ministerial às Peças 75/79; VI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, para as devidas providências.”

Na fase seguinte, considerando o cumprimento parcial das determinações, este Tribunal deliberou nos termos da Decisão nº 3.057/2020 (peça 102:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Informação nº 24/2020-DIASP2 e do Parecer nº 526/2020-G3P; b) da matriz de responsabilização complementar (peça 96); c) do Ofício nº 17/2020 - FAPDF/PRES/GAB (peça 93); d) do Ofício nº 90/2020 – FAPDF/PRES (peça 95); II - considerar: a) atendidos os itens “I.b”, “I.d” e “I.h” da Decisão 4113/2019; b) parcialmente atendidos os itens “I.c” e “I.e” da Decisão nº 4113/2019; c) não atendidos os itens “I.a”, “I.f” e “I.g” da Decisão nº 4113/2019; III - reiterar à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal: a) em sua integralidade, os itens “I.a”, “I.f” e “I.g” da Decisão nº 4113/2019; b) o item “I.c” da Decisão nº 4113/2019, no que tange à apuração de responsabilidade funcional pela aprovação do projeto da Sra. CAMILLA GOMES SANT’ANNA, indicada na Tabela 7 do Relatório Final de Auditoria; c) o item “I.e” da Decisão nº 4113/2019, no que tange à necessidade de normatizar os critérios de vedação de proponentes com membros de equipe em comum, bem como de empresas com sócios em comum, de forma a evitar favorecimentos e garantir o caráter competitivo da seleção; IV - fixar o prazo de 90 (noventa) dias para envio ao Tribunal de relatório detalhado das ações implementadas em atenção ao item anterior; V - alertar o titular da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF de que a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

efetividade das medidas informadas para atendimento dos itens “I.a”, “I.c”, “I.d”. “I.e”, “I.f” e “I.g” da Decisão 4.113/2019 será objeto de verificação em inspeção futura; VI- autorizar: a) a realização de inspeção na Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF pela Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para avaliar as medidas adotadas para cumprimento da Decisão 4113/2019; b) o processamento das audiências autorizadas no item IV.a da Decisão 4113/2019 em autos apartados, após notificação dos responsáveis indicados na Tabela 2 da Informação, bem como na Matriz de Responsabilização complementar (peça 96); c) o encaminhamento de cópia da Informação nº 24/2020-DIASP2, do Parecer nº 526/2020–GPDA, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Diretor-Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, para atendimento desta deliberação; d) o encaminhamento de cópia da Matriz de Responsabilização complementar (peça 96), bem como do Relatório Final de Auditoria, da Informação nº 24/2020-DIASP2, do Parecer nº 526/2020–GPDA, do relatório/voto do Relator e das decisões de mérito proferidas nos autos em exame aos chamados em audiência no item IV.a da Decisão 4113/2019, de modo a lhes proporcionar o contraditório e ampla defesa; e) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para as providências cabíveis.”

Em atendimento a essa deliberação plenária, a **FAP/DF** encaminhou o Ofício nº 321/2020 – FAPDF/PRES (peça 122).

MANIFESTAÇÃO DA ÓRGÃO TÉCNICO

Nesta fase, após análise dos documentos trazidos ao feito, em cotejo com os resultados da fiscalização determinada na deliberação supra, a Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, nos termos do Relatório de Inspeção 05/2021– DIASP2 (peça 129), apresenta as seguintes sugestões ao egrégio Plenário:

“(…)

I – tomar conhecimento:

- a) do Relatório de Inspeção 05/2021– DIASP2 (peça 129);
- b) do Ofício nº 321/2020 – FAPDF/PRES, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (e-DOC 9DEAD7AD, peça 122).

II – considerar:

- a) atendidos os itens IV da Decisão nº 3.057/2020 e “I.a” e “I.g” da Decisão nº 4.113/2019;
- b) não atendidos os itens “I.f” da Decisão nº 4.113/2019 e “III.b” e “III.c” da Decisão nº 3.057/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

III – reiterar à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF os seguintes itens em sua integralidade, devendo encaminhar, no prazo de 60 dias, documentação comprobatória quanto ao seu pleno atendimento:

- a) o item “I.f” da Decisão nº 4.113/2019, no qual esta Corte determinou à FAP que adote medidas de gestão com o objetivo de aferir se os pareceres dos consultores externos são apresentados de forma clara e detalhada, com justificativas objetivas para cada nota atribuída ao projeto, em observância ao art. 50 da Lei nº 9874/99, cabendo enfatizar a necessidade de que constem dos autos dos processos de concessão o parecer dos consultores externos e da Comissão de Avaliação;*
- b) o item “III.b” da Decisão nº 3.057/2020, no qual esta Corte determinou à FAPDF que apure responsabilidade funcional pela aprovação do projeto da Sra. CAMILLA GOMES SANT’ANNA, indicada na Tabela 7 do Relatório Final de Auditoria;*
- c) o item “III.c” da Decisão nº 3.057/2020, no qual esta Corte determinou à FAP que normatize os critérios de vedação de proponentes com membros de equipe em comum, bem como de empresas com sócios em comum, de forma a evitar favorecimentos e garantir o caráter competitivo da seleção.*

IV – determinar à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF que, no prazo de 60 dias:

- a) apresente os devidos esclarecimentos quanto às apurações e medidas adotadas relativas à realização de despesa sem prévio empenho no Processo nº 00193-00000847/2020-90 do Edital nº 03/2020;*
- b) exija registros mais completos dos participantes dos projetos a serem incentivados, em especial, a indicação do CPF de todos os membros de equipes e coordenadores/proponentes, a fim de propiciar apurações mais efetivas quanto ao caráter competitivo e à ausência de favorecimentos das seleções.*

V – alertar à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF:

- c) para a necessidade de:*
 - a.1) zelar pelo cumprimento da sistemática estabelecida quanto ao fluxo e à documentação dos processos de concessão de fomentos, a fim de promover o efetivo controle quanto ao conteúdo, a forma e a sequência dos documentos que devem constar dos processos de concessão de fomentos;*
 - a.2) estabelecer sistemática de controle para garantir que as análises das propostas sigam estritamente os critérios definidos nos editais, com o claro e justificado*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

estabelecimento da pontuação atribuída nos autos dos processos de concessão.

- d) *de que a reincidência no descumprimento de determinação desta Corte pode ensejar a aplicação de sanção prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 01/1994.*

VI – autorizar o retorno dos autos à SEASP, para as providências cabíveis.”

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL

Chamado ao feito, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, nos termos do Parecer nº 168/2022 – G3P (peça 142), da lavra do ilustre Procurador **Danilo Moraes dos Santos**, aquiesce parcialmente às proposições da Instrução, pugnando pela concessão de prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento das determinações e por expedição de advertência que a multa prescinde de prévia audiência dos responsáveis, desde que a possibilidade de sua aplicação conste da comunicação do despacho ou da decisão descumprida.

É o relatório.

VOTO

Na presente fase processual, examina-se o cumprimento pela **Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF** das determinações constantes da Decisão nº 4.113/2019, reiteradas pela Decisão nº 3.057/2020.

item I-a) “*implemente manual de atividades para disciplinar o conteúdo, a forma e a sequência dos documentos que devem constar dos processos de concessão de fomentos*”

A SEASP entende que a **determinação foi atendida**, tendo em conta a iniciativa do “Escritório de Processos”, juntamente com a Instrução Normativa nº 02/2020, que resultaram no estabelecimento de orientações acerca de procedimentos e fluxos processuais. Ressalta, no entanto, que foram identificadas inconsistências em amostra de processos analisada, com ausência de transparência e de documentação. Por isso, sugere alertar a **FAP/DF** para que zele pela aplicação da sistemática estabelecida, de modo a promover o efetivo controle quanto ao conteúdo, a forma e a sequência dos documentos que devem constar dos processos de concessão de fomentos, bem como determinar a apresentação de esclarecimentos quanto às apurações e medidas adotadas quanto à realização de despesa sem prévio empenho no Processo nº 00193-00000847/2020-90 do Edital nº 03/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

item I-c “no que tange à apuração de responsabilidade funcional pela aprovação do projeto da Sra. CAMILLA GOMES SANT’ANNA” (redação ajustada no item III-b da Decisão nº 3.057/2020)

A Unidade Técnica informa que a **determinação não foi atendida**, uma vez que não houve apuração funcional acerca da aprovação do projeto indicado, sugerindo a reiteração.

item I-e) “necessidade de normatizar os critérios de vedação de proponentes com membros de equipe em comum, bem como de empresas com sócios em comum, de forma a evitar favorecimentos e garantir o caráter competitivo da seleção” (redação ajustada no item III-c da Decisão nº 3.057/2020)

A Instrução registra que o **item não foi atendido**. Por isso, sugere sua reiteração, com determinação para que a Jurisdicionada exija registros mais completos dos participantes dos projetos a serem incentivados, em especial, a indicação do CPF de todos os membros de equipes e coordenadores/proponentes, a fim de propiciar apurações mais efetivas quanto ao caráter competitivo e à ausência de favorecimentos das seleções.

item I-f) “adote medidas de gestão com o objetivo de aferir se os pareceres dos consultores externos são apresentados de forma clara e detalhada, com justificativas objetivas para cada nota atribuída ao projeto, em observância ao art. 50 da Lei nº 9874/99”

A SEASP anota que a Jurisdicionada adotou medidas com o objetivo de definir o que se espera do trabalho dos consultores *ad hoc*, estipulando critérios objetivos que devem ser observados na emissão dos relatórios. Ressalta, todavia, que a análise da amostra de projetos incentivados demonstrou que não houve efetiva aferição dos pareceres dos consultores externos. Assim, entende que o **item não foi atendido**, devendo ser reiterado, com ênfase especial para a necessidade de que constem dos processos selecionados o parecer dos consultores externos e da Comissão da Avaliação.

item I-g) “estabeleça critérios objetivos de seleção e julgamento de propostas nos editais de seleção de projetos para apoio a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e, se for o caso, ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, de maneira a evidenciar a transparência e impessoalidade dos procedimentos de análise aos proponentes”

O Órgão Técnico considera **atendido o item**, uma vez que os editais analisados continham critérios de análise, com atribuição de notas. Registra, no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

entanto, a ausência de pareceres em alguns processos da amostra, sugerindo alertar a **FAP/DF** para a necessidade de estabelecer sistemática de controle para garantir que as análises das propostas devem seguir estritamente os critérios definidos nos editais, com o claro e justificado estabelecimento de pontuação atribuída nos autos dos processos de concessão.

Ao final, a Instrução propõe que este Tribunal reitere os itens ainda não cumpridos em sua integridade, com o encaminhamento da documentação comprobatória no prazo de 60 (sessenta) dias, com a expedição de alerta à Jurisdicionada no sentido de que a reincidência no descumprimento de determinação desta Corte pode ensejar a aplicação de sanção prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/1994.

Por sua vez, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF acolhe parcialmente as sugestões da SEASP, com acréscimo para que seja fixado prazo de 30 (trinta) dias para atendimento das reiteraões dirigidas à **FAP/DF**, a fim de impor maior celeridade e efetividade à implementação das imprescindíveis medidas de correção enumeradas pelo Tribunal, com a advertência de que a multa prescinde de prévia audiência dos responsáveis, desde que a possibilidade de sua aplicação conste da comunicação do despacho ou da decisão descumprida.

Compulsando os autos, não encontro elementos que me afastem das propostas quanto ao cumprimento dos itens “I.a” e “I.g” da Decisão nº 4.113/2019, bem como do item IV da Decisão nº 3.057/2020, uma vez que, apesar de intempestivo, a Jurisdicionada respondeu à diligência determinada.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que não restaram satisfatoriamente atendidos os itens “I.f” da Decisão nº 4.113/2019 e “III.b” e “III.c” da Decisão nº 3.057/2020, cabendo a reiteração.

Da mesma forma, penso que importa determinar à **FAP/DF** a apresentação de esclarecimentos quanto às apurações e medidas adotadas relativas à realização de despesa sem prévio empenho no Processo nº 00193-00000847/2020-90 do Edital nº 03/2020, bem como que exija registros mais completos dos participantes dos projetos a serem incentivados, em especial, a indicação do CPF de todos os membros de equipes e coordenadores/proponentes, a fim de propiciar apurações mais efetivas quanto ao caráter competitivo e à ausência de favorecimentos das seleções.

Quanto ao prazo, entendo que a fixação de 30 (trinta) dias demonstra-se suficiente para o atendimento das reiteraões dirigidas à **FAP/DF**, tendo em conta a baixa complexidade das medidas a serem adotadas, bem como para impor maior celeridade ao feito, cuja deliberação que ainda se busca o efetivo cumprimento foi expedida por esta Corte ainda em 2019.

No mais, não ergo óbice à expedição de alerta quanto à possibilidade de aplicação de multa no caso de reincidência no descumprimento de determinação desta Corte, na forma prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/1994,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

com acréscimo de que a aplicação da multa prescinde de prévia audiência, desde que a possibilidade de sua aplicação conste da comunicação do despacho ou da decisão descumprida, tendo em vista o disposto no art. 272 do RI/TCDF.

Diante do exposto, posicionando-me de acordo com a Unidade Técnica, com os acréscimos propostos pelo *Parquet*, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento:
 - a) do Relatório de Inspeção 05/2021– DIASP2 (peça 129);
 - b) do Ofício nº 321/2020 – FAPDF/PRES, da **Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF** (peça 122);
- II - considere:
 - a) atendidos os itens IV da Decisão nº 3.057/2020 e “I.a” e “I.g” da Decisão nº 4.113/2019;
 - b) não atendidos os itens “I.f” da Decisão nº 4.113/2019 e “III.b” e “III.c” da Decisão nº 3.057/2020;
- III - reitere à **Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal** os seguintes itens em sua integralidade, devendo encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, documentação comprobatória quanto ao seu pleno atendimento:
 - a) o item “I.f” da Decisão nº 4.113/2019, no qual esta Corte determinou à **FAP/DF** que adote medidas de gestão com o objetivo de aferir se os pareceres dos consultores externos são apresentados de forma clara e detalhada, com justificativas objetivas para cada nota atribuída ao projeto, em observância ao art. 50 da Lei nº 9874/99, cabendo enfatizar a necessidade de que constem dos autos dos processos de concessão o parecer dos consultores externos e da Comissão de Avaliação;
 - b) o item “III.b” da Decisão nº 3.057/2020, no qual esta Corte determinou à **FAP/DF** que apure responsabilidade funcional pela aprovação do projeto da Sra. CAMILLA GOMES SANT’ANNA, indicada na Tabela 7 do Relatório Final de Auditoria;
 - c) o item “III.c” da Decisão nº 3.057/2020, no qual esta Corte determinou à **FAP/DF** que normatize os critérios de vedação de proponentes com membros de equipe em comum, bem como de empresas com sócios em comum, de forma a evitar favorecimentos e garantir o caráter competitivo da seleção;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- IV - determine à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF** que, no prazo de 30(trinta) dias:
- a)** apresente os devidos esclarecimentos quanto às apurações e medidas adotadas quanto à realização de despesa sem prévio empenho no Processo nº 00193-00000847/2020-90 do Edital nº 03/2020;
 - b)** exija registros mais completos dos participantes dos projetos a serem incentivados, em especial, a indicação do CPF de todos os membros de equipes e coordenadores/proponentes, a fim de propiciar apurações mais efetivas quanto ao caráter competitivo e à ausência de favorecimentos das seleções;
- V - alerte à FAP/DF** para a necessidade de:
- a)** zelar pelo cumprimento da sistemática estabelecida quanto ao fluxo e à documentação dos processos de concessão de fomentos, a fim de promover o efetivo controle quanto ao conteúdo, a forma e a sequência dos documentos que devem constar dos processos de concessão de fomentos;
 - b)** estabelecer sistemática de controle para garantir que as análises das propostas sigam estritamente os critérios definidos nos editais, com o claro e justificado estabelecimento da pontuação atribuída nos autos dos processos de concessão.
- VI - alerte o titular da FAP/DF** que a reincidência no descumprimento de determinação desta Corte pode ensejar a aplicação de sanção prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 01/1994, bem como que a aplicação da multa prescinde de prévia audiência, desde que a possibilidade de sua aplicação conste da comunicação do despacho ou da decisão descumprida, tendo em vista o disposto no art. 272 do RI/TCDF;
- VII - autorize o retorno dos autos à SEASP** para as providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 2022.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator